

2020

## LINHA ESPECÍFICA “COVID-19”



## Índice

1. Enquadramento.....	3
2. Beneficiários.....	3
3. Tipo de despesas/operações.....	4
4.1 Operações Elegíveis:.....	4
4.2 Operações Não Elegíveis: .....	4
4. Montante máximo por empresa. ....	5
5. Prazos máximos de amortização e de carência .....	5
6. Taxa de Juro a Suportar pelas Empresas.....	5
7. Reembolso antecipado total ou parcial obrigatório .....	6
8. Comissão de Garantia .....	6
9. Incentivos Públicos.....	7
10. Cúmulo de Operações .....	7
11. Processo de Candidatura e Decisão .....	7

## Linha Específica “Covid-19”

*A informação aqui apresentada trata-se apenas de uma síntese dos aspetos mais relevantes da referida linha de crédito, pelo que não dispensa a consulta da legislação respetiva e o Documento de Divulgação da Linha de Crédito Capitalizar 2018 (versão 7).*

### 1. Enquadramento

A Linha “Covid-19” é uma linha específica da Linha de Crédito Capitalizar 2018.

Esta linha de crédito de emergência é dedicada pelo governo a suportar a tesouraria das PME portuguesas durante a crise de coronavírus. Foi disponibilizada a partir de 12-03-2020 e apresenta o prazo de vigência até 31 de maio de 2020, com as seguintes dotações e montantes:

Linha Específica			Montante (milhões euros)
“Covid-19”	Dotação “Fundo de Maneio”	Operações destinadas a financiar necessidades de fundo maneio	160
	Dotação “Plafond Tesouraria”	Operações destinadas exclusivamente ao financiamento de necessidades de tesouraria.	40
Montante Global da Linha			200

### 2. Beneficiários

- Ser Micro, Pequena ou Média Empresa (PME), certificada por Declaração Eletrónica do IAPMEI válida ou Grande Empresa (sem certificação do IAPMEI);
- Estar localizada (sede social) em território nacional;
- Desenvolver atividades enquadradas na lista de CAEs (vide Anexo I e II);
- Não ter dívidas perante o FINOVA (Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação);
- Não apresentar incidentes não regularizados junto da banca à data de emissão da contratação;
- Ter situação regularizada junto da Administração Fiscal e da Segurança Social, à data da contratação do financiamento.

- Ter situação líquida positiva no último exercício; as empresas com situação líquida negativa no último balanço aprovado poderão aceder à Linha caso apresentem esta situação regularizada em balanço intercalar aprovado até à data de enquadramento da operação.
- No caso de grandes empresas, a empresa deve, pelo menos, estar numa situação comparável à situação com *rating* mínimo de B-, em termos de avaliação de crédito (isto é, não *premium*, mas ainda sem riscos substanciais);
- Apresentem impactos negativos do surto do Covid-19 na sua atividade económica, situação a comprovar através de apresentação de declaração de acordo com minuta disponibilizada pela PME Investimento, Entidade Gestora da Linha.

### 3. Tipo de despesas/operações

#### 4.1 Operações Elegíveis:

As operações elegíveis destinam-se a equilibrar a caixa das operações correntes das empresas e não a outras situações. Dividem-se em dois vetores:

- a) **“Fundo de Maneio”**, para operações destinadas a financiar necessidades de fundo maneio;
- b) **“Plafond Tesouraria”**, para operações destinadas exclusivamente ao financiamento de necessidades de tesouraria.

#### 4.2 Operações Não Elegíveis:

São consideradas operações não elegíveis as seguintes:

- a) Reestruturação financeira e/ou consolidação de créditos;
- b) Operações destinadas a liquidar ou substituir de forma direta ou indireta, ainda que em condições diversas, créditos anteriores;
- c) Aquisição de imóveis, bens em estado de uso, viaturas ligeiras que não constituam “meio de produção” e veículos de transporte rodoviário de mercadorias adquiridas por transportadores rodoviários de mercadorias por conta de terceiros; no entanto, admite-se:

- Que as empresas beneficiárias que desenvolvam atividades enquadradas no setor primário, nomeadamente, Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Industrias Extrativas, possam adquirir imóveis, bem como bens móveis sujeitos a registo desde que os mesmos sejam, comprovadamente, destinados à atividade produtiva da empresa;
  - A aquisição de Imóveis que sejam afetos à atividades empresarial, desde que não desenvolvam atividade na CAE da divisão 68 e que o montante máximo de financiamento destinado à aquisição não exceda 50% do total do financiamento.
- d) Atividades relacionadas com a exportação para países terceiros e Estados-Membro, nomeadamente a criação e funcionamento de redes de distribuição.

#### 4. Montante máximo por empresa.

O montante máximo por empresa é de 1,5 milhões de euros, independentemente da dimensão da empresa e sem que haja qualquer outro critério diferenciador de valores explicitado.

#### 5. Prazos máximos de amortização e de carência

		Prazo de Amortização	Prazo de Carência
<b>“Fundo de Maneio”</b>	Operações destinadas a financiar necessidades de fundo maneio	Até 4 anos	Até 12 meses
<b>“Plafond Tesouraria”</b>	Operações destinadas exclusivamente ao financiamento de necessidades de tesouraria.	1,2 ou 3 anos	----

#### 6. Taxa de Juro a Suportar pelas Empresas

Será aplicada à operação uma modalidade de taxa de juro fixa ou variável, conforme o acordo entre o Banco e o Beneficiário.

- a) **Modalidade de Taxa Fixa:** indexada à Euribor, para o prazo correspondente ao prazo da operação arredondando para o múltiplo de ano imediatamente superior, acrescida de um *spread*, a variar entre 1,928% e 3,178%, e o das grandes empresas entre 2,028% e os 3.278%, para a operação “**Fundo de Maneio**”.

Já o **financiamento de tesouraria** das PME conta com *spreads* entre 1,943% e 3.178%. Para as grandes empresas fica entre 2,043% e os 3,278%.

A variação do *spread* está dependente do rating/escalão de avaliação de crédito da empresa.

- b) **Modalidade de Taxa Variável:** indexada à taxa Euribor a 1,3, 6 ou 12 meses, acrescida de um *spread*, a variar em consonância com o *spread* da Modalidade de Taxa Fixa (acima).

A **taxa Euribor a 1,3, 6 ou 12 meses** será apurada de acordo com um dos seguintes critérios:

- i) Média aritmética simples das cotações diárias da Euribor a 1,3, 6 ou 12 meses do mês anterior ao início de cada período de contagem de juros, ou,
- ii) Taxa Euribor a 1,3, 6 ou 12 meses verificada no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros.

A periodicidade de revisão do indexante deverá ser coincidente com o prazo do mesmo.

## 7. Reembolso antecipado total ou parcial obrigatório

Não aplicável na Linha Específica “Covid 19”

## 8. Comissão de Garantia

A comissão de garantia aplicável pela Sociedade de Garantia Mútua será bonificada a 100% pelo FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação

O limite da comissão de garantia é de 0,5%, quer para a dotação “Fundo de Maneio” e “Plafond de Tesouraria”, e quer para qualquer tipologia de empresa [PME ou Não PME].

## 9. Incentivos Públicos

Os apoios são concedidos ao abrigo do regime de **auxílios de minimis**:

- Bonificação da Comissão de Garantia Mútua, indicado no ponto anterior (ou seja, Bonificação de 100%);
- Contragarantia de 100% pelo Fundo de Contra Garantia Mútua, sobre o valor das garantias emitidas pelas Sociedades de Garantia Mútua ao abrigo da presente linha.
- O limite máximo de Garantia Mútua sobre o capital em dívida, em cada momento, é de 80% .

Nota: Para efeitos de aplicação do conceito de Empresa Única, as empresas deverão emitir declaração atestando se são Empresas Autónomas ou se integram o conceito de Empresa Única, nos termos do n.º 2 de Artigo 2.º do Regulamento (UE) N.º 1407/2013, de 18 de dezembro de 2013, do Regulamento (UE) N.º 1408/2013, de 18 de dezembro de 2013 e de Regulamento (EU) N.º 717/2014, de 27 de junho de 2014.

## 10. Cúmulo de Operações

- Os Beneficiários poderão apresentar, através da mesma Instituição de Crédito ou de várias Instituições de Crédito, mais do que uma operação e/ou Dotação, porém, o conjunto das operações não poderá ultrapassar o montante máximo de crédito de 1,5 milhões de euros (ver ponto 5. Montante máximo por empresa).

## 11. Processo de Candidatura e Decisão

As candidaturas à Linha Específica “Covid-19” **são feitas junto dos bancos protocolados**. Caso a operação seja aprovada, o banco envia o processo à Sociedade de Garantia Mútua (SGM) da atividade ou área geográfica da sede social da empresa, que tem até 17 dias úteis para decidir e comunicar a sua decisão ao Banco.

Após a aprovação da operação pela SGM, o banco apresenta a candidatura da operação à PME Investimentos, acompanhada de cópia do pedido de financiamento assinado pelo beneficiário, **devendo o enquadramento ser confirmado em cinco dias úteis**. Restam de seguida 60 dias

úteis para o banco contratar a operação, que podem ainda ser estendidos por mais 20 dias úteis, mediante pedido fundamentado.

Em caso de recusa da operação, bastará o Banco dar conhecimento da sua decisão ao cliente.

As candidaturas poderão iniciar-se a partir do dia 12 de março de 2020 às 08h30.

Para mais informações consulte o portal: <https://www.pmeinvestimentos.pt/> ou contacte-nos através do email: [portugal2020@nersant.pt](mailto:portugal2020@nersant.pt).

**Março de 2020.**